

OPINIÃO

O valor da Cultura e a cultura do Valor



Fábio Nogueira

Este ano vamos eleger prefeitos e vereadores. O Site G1 fez um levantamento entre os governantes das capitais do país que mostra a realidade: cumpriram apenas 39% das promessas que fizeram durante a campanha eleitoral de 2016. Mais ainda, revela que firmaram 200 compromissos envolvendo educação e cultura e deixaram de realizar 38% do prometido.

A cada dia acompanhamos o quanto essa realidade tem cus-

tado ao país. A cultura é aquele conjunto de criações, manifestações, artes, pensamentos, crenças, hábitos e costumes que diferem uma nação de outra. Vem do latim “célere”. Significa cultivar. Infelizmente, temos observado um desmonte contínuo do setor cultural em nosso país em todos os níveis: federal, estadual e municipal: orçamentos contidos, programas abandonados, patrocínios reduzidos.

Isso não vem de agora. Para não irmos longe, o governo Michel Temer tentou extinguir o Ministério da Cultura, nas a reação de organizações as mais diversas e dos artistas o levou a recuar. O presidente Jair Bolsonaro, como parte de sua promessa de reduzir a máquina pública federal, transformou o Ministério em uma Secretaria de Cultura, vinculada ao Ministério da Cidadania num primeiro momento e, depois, ao Ministério do Turismo. O gasto da União com o setor, no ano passado, foi equivalente ao de 2012. Este ano não será diferente. A cultura representa apenas 0,045% do Orçamento Geral da União.

O Conselho Superior de Cinema e o Conselho Nacional de Cultura foram transferidos para a gestão da Casa Civil e a Agência Nacional de Cinema (Ancine) – responsável pelo fo-

mento, regulação e fiscalização do mercado audiovisual nos últimos 18 anos – pode ser extinta. A Petrobras cortou drasticamente o patrocínio para a área cultural – decidiu investir mais em projetos educacionais – e a Caixa Econômica Federal segue o mesmo rumo.

No Rio, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, apenas para citarmos alguns estados, o mesmo vem acontecendo, tanto nas capitais como em projetos culturais regionais. Perdem o povo, os artistas, os empregados do setor. A indústria criativa injetou R\$ 171 bilhões na economia brasileira em 2017 segundo dados do Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). O montante equivaleria a 2,6% do Produto Interno Bruto (a soma das riquezas nacionais). As áreas de audiovisual, patrimônio e artes, música, artes cênicas e expressões culturais deram emprego para 106 mil

pessoas naquele ano.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) calcula que o setor da cultura gera cerca de 30 milhões de empregos e movimentação US\$ 4,3 trilhões ao ano (R\$ 17,4 trilhões), quase 6% da economia mundial. Estudo da consultoria Tendências, feito em 2016, mostra que para cada emprego criado na área de audiovisual outros dois surgem em outros setores, resultado da demanda induzida. No Brasil, calcula-se, da maneira geral, que o setor como um todo empregue 300 mil pessoas direta e indiretamente e fature em torno de R\$ 25 bilhões. Ou seja, nenhum número é desprezível quanto falamos em cultura do ponto de vista apenas econômico.

O setor cultural é dinâmico e criativo, polêmico, contestador. É de sua natureza. E isso é louvável. Não pode ser menosprezado. Não é possível, por tudo isso, concordar com decisões que atingem profundamente

o setor, como a suspensão do pagamento de direitos autorais nos quartos de hotéis, medida que afeta o trabalho de mais de 100 mil artistas brasileiros. Ou a resolução do Ministério da Economia que exclui os setores de cultura e educação do regime de Microempreendedor Individual (MEI). Essa medida prejudica a produção de bens e a transmissão de conhecimento, encarece a criação.

Mas cultura é muito mais que isso. Além de impulsionar a economia, é fundamental para a formação da cidadania, a pluralidade de opinião e a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. Não se contesta aqui o direito de qualquer governo, ou governante, de mudar a política de incentivo e o projeto cultural de uma cidade, um Estado ou o país. O que não pode, e não se deve, é fazer isso sem ouvir aqueles que o setor envolve: os artistas, os programadores, os investidores, os patrocinadores, a sociedade que, em último caso, é aquela que carrega, e transmite, a herança cultural de uma nação.■

Fábio Nogueira é secretário-geral adjunto da OAB-RJ

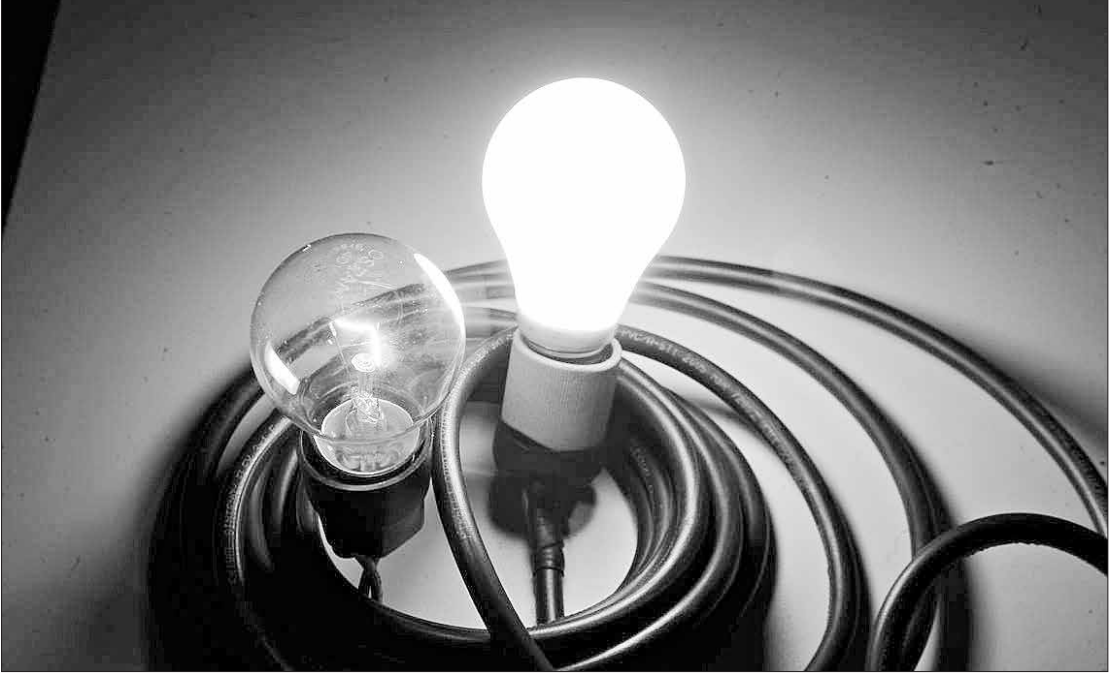
Usina de Furnas vai gerar energia solar

Projeto em andamento no entorno de reservatório do Rio Paranaíba prevê investimentos de R\$ 44,6 milhões

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

A partir da instalação de um sistema de geração de energia solar fotovoltaica no entorno e no reservatório da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, no rio Paranaíba, Furnas Centrais Elétricas vai estudar como este tipo de unidade pode ampliar o tipo de energia produzida. “É uma usina para estudos”, salientou nesta semana o gestor técnico da Gerência de Pesquisa, Serviços e Inovação Tecnológica de Furnas, Jacinto Maia Pimentel. Itumbiara é a maior usina do Sistema Furnas e fica localizada entre os municípios de Itumbiara, em Goiás, e Araporã, em Minas Gerais.

O projeto de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de Furnas vai trabalhar também com o armazenamento de energias sazonais e intermitentes em sistemas de hidrogênio e eletroquímico. “Vamos armazenar energia gerada através da fonte solar, porque ela só pode ser gerada durante o dia. Para buscar ter um período maior de fornecimento de energia de origem solar, a gente armazena”, disse Pimentel. Esse armazenamento é feito em baterias de alta capacidade e também através de



A partir da iniciativa, Furnas vai estudar como este tipo de unidade pode ampliar o tipo de energia produzida

hidrogênio, “gás que volta para fazer a geração de energia elétrica”. Essas são as duas formas de armazenamento que serão testadas no projeto.

Em andamento - O projeto básico já foi iniciado e deve ser concluído em 32 meses. “Estamos com 16 meses, no

meio do projeto em termos de prazo”, revelou o gestor técnico. O projeto prevê investimentos de R\$ 44,6 milhões da carteira de P&D de Furnas e é resultado de parceria com a empresa Base -Energia Sustentável, associada à Universidade Estadual Paulista (Unesp), à Universidade de Campinas (Unicamp), ao Ser-

viço Nacional de Aprendizagem Industrial de Goiás (Senai-GO), à Universidade de Bradenburgo (Alemanha) e à PV Solar.

Pimentel destacou que o projeto executivo já está pronto e com a aquisição de equipamentos de alta tecnologia realizada e em fabricação nas indústrias. Agora, vai começar

a fase de implantação da planta de energia solar no solo. “São duas fontes de geração solar fotovoltaica. Uma no solo e outra será flutuante, no reservatório”, contou. A planta do solo já tem todo o sistema de suporte dos módulos fotovoltaicos montado. Esses módulos são importados da China e até o final deste mês já estarão na usina.

Testes finais - Em junho, Furnas espera realizar o comissionamento, isto é, os testes finais de toda a planta para colocá-la em operação. Serão testados todos os equipamentos e a interligação entre eles, para trabalhar em conjunto, salientou Pimentel. Com isso, a previsão é que até o final de junho, a usina estará funcionando dentro da sua capacidade, permitindo que se iniciem estudos de utilização dessa energia, juntamente com a energia hidrelétrica de Itumbiara.

A perspectiva é que, se tudo der certo, esse sistema de geração de energia solar e hidrelétrica poderá ser implantado em outras usinas de Furnas pelo Brasil. Jacinto Maia Pimentel informou que Furnas já tem

instalados em todas as suas usinas sistemas de irradiação solar. A empresa está monitorando para verificar, no futuro, onde é mais propícia a instalação desse tipo de unidade. Ao contrário do projeto da Usina de Itumbiara, em que a energia solar gerada não será comercializada, a parte de energia solar das outras usinas de Furnas “já é uma veia comercial realmente”, confirmou.

Pimentel estimou que até o meio deste ano, algumas usinas de Furnas já terão concluído o monitoramento. Isto permitirá à empresa entrar, futuramente, nos leilões para ofertar a energia solar.

Melhores índices - A energia solar que será gerada pela usina fotovoltaica será destinada ao Sistema de Serviços Auxiliares da usina hidrelétrica. Essa energia totalizará 1000 kWp (quilowatts pico, unidade de potência associada à energia fotovoltaica), dos quais 200 kWp serão provenientes das placas localizadas no reservatório da usina, que serão interligados aos 800 kWp das demais placas instaladas em solo.■

ESocial: novo prazo para migração

Período para que médias empresas migrem para sistema informatizado de prestação de informações é prorrogado

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Sistema informatizado de prestação de informações de empresas e trabalhadores, o eSocial será obrigatório para os médios empregadores a partir de setembro deste ano. O prazo foi recentemente alterado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Cerca de 1,24 milhão de médias empresas, que faturam até R\$ 78 milhões por ano, deverão inserir os dados de saúde e de segurança de 21 milhões de trabalhadores na ferramenta até o dia 8 de setembro de 2020.

Essa é a última etapa que falta para as médias empresas concluírem a migração para o eSocial, que reduz a burocracia e elimina a manutenção de arquivos



Prazo para migração foi recentemente alterado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

em papel.

Também foi anunciado o desmembramento do grupo 4 (dos órgãos e entidades federais). Com a alteração, ficaram no grupo 4 os entes públicos de âmbito federal e organizações internacionais. No grupo 5, os entes públicos estaduais e Distrito Federal. E no grupo 6, os municipais, as comissões polinacionais e os consórcios públicos.

O empregador que não cumprir os prazos estipulados para a adesão ao eSocial estará sujeito a punições previstas na legislação. O desrespeito ao cronograma poderá prejudicar os trabalhadores, que terão dificuldade para receber benefícios sociais e traba-

lhistas, caso o empregador não preste as informações nas datas corretas.

Administrado pela Receita Federal, o eSocial elimina 15 informações periódicas que os empregadores eram obrigados a fornecer ao governo. Adotado para empregadores domésticos em 2015, o eSocial está sendo expandido gradualmente para todas as empresas e organizações até 2023.

A adesão das grandes empresas foi concluída em agosto do ano passado, quando as contribuições para a Previdência Social e o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço passaram a ser feitos pelo sistema.■